Coronel Vítor Alves preside ao Conselho da Presidência da A25A

Militares agradecidos ao almirante Martins Guerreiro

A25 referencial

Boletim da Associação 25 de Abril ■ Director: Pedro Pezarat Correia ■ N.º 81 ■ Outubro – Dezembro 2005

Não apaguem a memória!

Págs. 16/17

Trás-os-Montes homenageou o marechal Costa Gomes

Págs. 4/13

Participar

A prossecução dos objectivos da nossa A25A só é concretizável com o pagamento atempado das quotizações de todas(os) associadas(os).

A experiência mostra-nos que, quando o pagamento é feito directamente na Associação, causas várias dão origem a atrasos indesejados, por todos.

Por isso, se tem procurado incentivar o pagamento através de transferência bancária. O que, muitas vezes, dá origem a um aumento de despesa para a(o) associada(o). Isto para não falar nas confusões que, por vezes, os serviços bancários provocam, originando que existam associadas(os) convencidas(os) que estão a pagar as suas quotas, sem que tal corresponda à realidade.

É com vista a agilizar todo o processo e a evitar esses efeitos perniciosos, que a A25A fez um acordo com uma instituição de crédito, para procedermos à cobrança de quotas através do Sistema de Débitos Directos.

Para podermos utilizar esse sistema, que não comportará qualquer custo para a(o) associada(o), necessitamos que preencha a autorização de débito em conta, em anexo, e no-la devolva, através do envelope RSF que segue.

A qualquer momento poderá alterar, substituir, revogar ou anular a referida Autorização de Débito Directo, através da A25A, do seu banco ou do sistema MB.

O pagamento de quotas será anual (a cobrar em 31 de Março, com o valor de € 40,00, a partir de 2006). Se desejar que seja semestral (a cobrar em 31 de Março e 30 de Setembro), deverá dar-nos essa indicação.

Se estiver a fazer o seu pagamento através de transferência bancária, deve dar ordem de anulação dessa transferência ao respectivo banco.

Por razões funcionais, solicitamos nos enviem os elementos pedidos com a máxima urgência possível.

Certos da sua compreensão, apresentamos os nossos agradecimentos pelo apoio e enviamos as mais cordiais saudações,

Não se esqueça de manter actualizada a informação sobre o seu e-mail.

Cara(o) associada(o)

Estamos a organizar o site da A25A, procurando nele incluir a história, tão completa e pormenorizada quanto possível, do processo do 25 de Abril.

Numa primeira fase, iremos até ao 1.º de Maio de 1974 (período contemplado entre 01.01.73 e 01.05.74).

Para além de, em qualquer altura, podermos melhorar o seu conteúdo, interessa-nos iniciá-lo o melhor possível.

Nesse sentido, solicitamos a todos que nos ajudem, com:

Narração de episódios do processo conspirativo, que nos levou ao 25 de Abril;

Empréstimo de documentos, fotos ou outros elementos, que possam ser incluídos no site.

O mesmo (quer da narração de episódios, quer do empréstimo de documentos, etc.) para todo o processo do 25 de Abril, seja da luta das(os) portuguesas(es) que aí nos levou, seja do pós-25 de Abril.

Certos do interesse geral do assunto e da vossa compreensão, agradecemos antecipadamente a vossa colaboração.

A Direcção

editorial

O 1.º CONGRESSO DA DEMOCRACIA PORTUGUESA com que a Associação 25 de Abril encerrou as comemorações do XXX Aniversário do 25 de Abril que decorreram durante todo o ano de 2004, marcou, provavelmente, uma viragem na vida da Associação. O impacto do Congresso já foi suficientemente assinalado nas páginas de *O Referencial* e, nomeadamente nas colunas habituais do Editorial, mas não na perspectiva que agora nos propomos registar.

É certo que se seguiu um ano de alguma passividade, a que não será alheio o frenesim dos repetidos períodos eleitorais, que não são os mais propícios à intervenção de uma instituição independente e apartidária como é a nossa. E também é verdade que tarda em concretizar-se a reunião e divulgação das versões finais e integrais das teses apresentadas ao Congresso, tarefa indispensável para que esse património não se perca e seja acessível à consulta, estudo ou mera curiosidade dos interessados. Mas as vias que essas memoráveis jornadas abriram não devem e não vão, certamente, esfumar-se.

Até então a A25A, sem nunca deixar de afirmar, fiel ao projecto expresso nos seus estatutos – o objectivo cívico de contribuir para o culto de uma cidadania activa, indispensável para se caminhar no sentido da democracia plena e pluridimensional que configura o genuíno espírito de Abril –, esteve mais virada para dentro e para a sua vocação de divulgação e dinamização dos valores que o Movimento das Forças Armadas anunciou e a Revolução dos Cravos promoveu.

Com o êxito do Congresso provou-se que a A25A tem potencialidades para ir mais longe, para ser um espaço de encontro e reflexão de todos os que acreditam que uma democracia, para além dos seus valores históricos, tem de se abrir e preocupar com os desafios do futuro. Desafios que passam por um desenvolvimento solidário e sustentável e não apenas pelo mero crescimento económico, pelo respeito pela natureza e não só pela preservação dos recursos que ela generosamente disponibiliza, pela paz pela positiva que entenda as raízes da violência estrutural e não se limite à ilusória e precária ausência de guerras.

Recusando-se a ser actor político no palco da disputa pelo poder, que não é aquele em quer movimentar-se, a A25A pode e deve ser um espaço de debate na interpretação da política como um serviço público, isto é, em que a política só tem sentido como função em benefício da segurança e do bem-estar dos cidadãos, de todos os cidadãos. Pode e deve ser a área de convergência de todos os que querem participar na descoberta de novas abordagens para a gestão dos cada vez mais complexos problemas que se colocam à polis. Quando se perfilam sinais que denunciam o desgaste e descrédito de instituições e práticas políticas, incentivadas pela globalização e imposição de um pretenso modelo único, pelos choques entre as dinâmicas cisionistas e fusionistas e consequentes rupturas civilizacionais, pelos fundamentalismos e sectarismos religiosos e étnicos, pelas migrações e crescentes contradições entre centros e periferias, entre exclusões e cosmopolitismos, tantas vezes acompanhados pelo recurso ou ameaça do recurso à força das armas, a participação cívica e o debate descomprometido são cada vez mais uma exigência.

Nessa viragem no percurso da Associação 25 de Abril, a verificar-se, *O Referencial* não deixará de estar presente e tudo fará para nela se integrar e ser sua expressão pública.

Assumamos, sem complexos, a dose de utopia que constituiu a marca dos capitães de Abril até porque, como ensinou Victor Hugo, a utopia é a verdade de amanhã.

O Referencial

Propriedade: Associação 25 de Abril
Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração n.º 104/2002, DR-II Série, n.º 81 de 18 de Abril).

Presidente da Direcção:
Vasco Lourenço

Director:
Pedro Pezarat Correia

Editor:
José António Santos

Fotografia:
Fernando Farinha (editor)
Agência Lusa

Colaboradores:
Artur Custódio da Silva,
David Martelo, Fernando da Vaza Pinheiro, João Magalhães,
José Barbosa Pereira, José Fontão,
Luís Galvão (Bridge),
Luís Vicente da Silva (cartoon),
Manuel Loff, Maria Manuela Cruzeiro, Nuno Fisher Lopes Pires,
Nuno Santa Clara Gomes

Sede nacional, Administração e Redacção
Associação 25 de Abril
Rua da Misericórdia, 95
1200-271 Lisboa
Telf.: 21 324 14 20
Fax: 21 324 14 29
E-mail: a25a.sec@25abril.org
www.25abril.org

Delegação Norte
Escadas do Barredo, 120 R/C Esq.º
4050-092 Porto
Telf./Fax: 22 203 11 97
E-mail: a25a.del-norte@25abril.org

Delegação Centro
Apartado 3041
3000 Coimbra
E-mail: a25a.del-centro@25abril.org

Delegação do Alentejo
Bairro da Esperança, Edifício 2,
Bloco 3 - loja, r/c
7560-145 Grândola
E-mail: a25a.del-alentejo@25abril.org

Delegação do Canadá
153 Hamilton St
Toronto-Ontario M4M 2C9

Execução Gráfica
Narciso Correia Artes Gráficas, Lda.
Rua Ferreira Chaves, 2-A e 12-A
1070-127 Lisboa
Telf.: 21 388 26 29
Fax: 21 383 26 78

Tiragem: 4000 Exemplares

Distribuição gratuita

Depósito legal n.º 32 998/89

Trás-os-Montes homenageou a memória de Costa Gomes

A Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro decidiu, em boa hora, homenagear o marechal Francisco da Costa Gomes. Foi uma singela, mas justa homenagem, que incluiu a colocação de uma fotografia do nosso sócio de honra, na sala principal da sua sede.

Da homenagem prestada em 18 de Novembro de 2005, e na qual a Associação 25 de Abril participou através de vários dos seus dirigentes e associados, publicamos nestas páginas as intervenções evocativas proferidas pelo general Loureiro dos Santos e pelo doutor Silas Cerqueira.

LOUREIRO DOS SANTOS

Cedeu em muitas coisas mas preservou a Democracia

1. A MINHA PRIMEIRA e única relação de serviço directo com o então general Costa Gomes ocorreu na sequência dos acontecimentos de 11 de Março de 1975, quando fui nomeado Secretário Permanente do Conselho da Revolução, então criado.

Mas Costa Gomes era, desde há muito, figura extraordinariamente prestigiada nas Forças Armadas Portuguesas, em especial no Exército. Não só pela sua brilhante carreira militar, mas também pelas suas importantes incursões políticas. Como militar, falava-se, com admiração e respeito, especialmente do seu comando em Angola, como Comandante-Chefe. Como político, era bem conhecida de todos os oficiais o modo como desempenhara as funções de Subsecretário de Estado do Exército e do seu papel na conspiração abortada de Abril de 1961, contra o regime.

Para mim pessoalmente, este último passo da sua vida político-militar tinha sido evocado, muitos anos atrás, quando estava colocado no Regimento de Lanceiros de Elvas, também Centro de Instrução de Condução Auto. Nele se recordava o período em que o então tenente-coronel Costa Gomes, aí servira, como sanção ditada pelos políticos do Estado Novo, pela sua participação na Abrilada de 1961.

De todo o meu relacionamento com Costa Gomes como Presidente do Conselho da Revolução, cargo que acumulava com o de Presidente da República e de Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, resultou a confirmação do que de mais positivo sobre ele me tinha chegado, e uma profunda admiração pelo homem e pelo político.

2. Francisco da Costa Gomes nasceu em Chaves, no dia 30 de Junho de 1914. O pai era capitão de infantaria e morreu quando Francisco atingiu a idade de oito anos, o que fez com que a mãe ficasse a braços com educação de oito filhos, seis rapazes, dos quais quatro seriam militares, e duas raparigas.

As dificuldades económicas da viúva recomendaram a ida de Francisco da Costa Gomes para o Colégio Militar, em 1924. Tinha dez anos, depois de ter feito a instrução primária em Chaves. Mais próximo da reflexão científica do que das letras, logo que, terminado o quinto ano do Colégio, se libertou das letras, passou a ser o melhor aluno do seu curso.

Terminado o Colégio Militar, é colocado no 2.º Grupo de Esquadrões do Regimento de Cavalaria 6. Ingressa como Aspirante a Oficial no 1.º ano do Curso de Armas Gerais (Infantaria e Cavalaria). Em 1933, entra no Curso de Cavalaria, sendo promovido a alferes desta Arma, no ano seguinte, em 1934.

Depois de acabar o tirocínio na Escola Prática de Cavalaria, em Torres Novas, foi colocado, em Julho de 1936, no Regimento de Cavalaria 3, em Estremoz.

Em 1938, é transferido para o Esquadrão a cavalo do Batalhão n.º 4 da GNR, no Porto, ingressando no ano seguinte na Universidade desta cidade, onde frequenta os Preparatórios para o Curso de Estado-maior e se licencia com distinção em Ciências Matemáticas. Na Universidade, tem como professores figuras ilustres da cultura portuguesa, como Abel Salazar, Sarmento de Beires e Rui Luís Gomes. Com este, tem grandes conversas, sobre política, arte, e situação internacional (estava-se então em plena segunda guerra mundial).

Como tenente, posto a que é promovido em 1939, frequenta o curso para capitães de cavalaria, na Escola Prática de Cavalaria, atingindo no ano seguinte o respectivo posto.

Em 1948, completa o curso de Estado-Maior, estagiando no Estado-maior do Exército, onde colabora na elaboração do Regulamento Provisório de Serviços de Campanha, e no Quartel-general da Região Militar de Coimbra.

Em 1949, é nomeado Subchefe do Estado-maior da Expedição em Macau, para onde parte, com a finalidade de "Escolher, adaptar e distribuir as infra estruturas logística e os quartéis indispensáveis à instalação de um efectivo de cerca de 6000 homens". Mais tarde, transitará para as funções de Chefe do Estado-Maior.

Regressa a Lisboa em 1951, sendo colocado no Estado-Maior do Exército, onde lhe é atribuída a missão de "estudar a possibilidade de mobilizar as forças cometidas à NATO e ao Pacto Ibérico".

É promovido a major no ano de 1952, e é encarregado de elaborar um plano de instrução para as forças portuguesas que integrarão a NATO. É nomeado, em 1954, para o Supremo Comando Aliado do Atlântico (SACLANT), um dos dois principais órgãos de comando da NATO.

Já como tenente-coronel, posto que alcança em 1955, desempenha as funções de Adjunto da 1.ª Repartição da Defesa Nacional. Em 1958, é nomeado Subsecretário de Estado do Exército.

Em 1961, é colocado como Chefe do Distrito de Recrutamento e Mobilização de Beja, na sequência do golpe militar falhado de 10 de Abril, no qual tem participação activa.

Em 1962, é colocado no Comando do Regimento de Lanceiros de Elvas, e frequenta o Curso de Altos Comandos (de promoção a oficial general) no Instituto de Altos Estudos Militares, findo o qual (1964) segue para Inspector da Direcção da Arma de Cavalaria, donde é transferido para professor do Instituto de Altos Estudos Militares, depois de promovido a Brigadeiro.

Em 1965, marcha para Moçambique, para desempenhar as funções de 2.º Comandante da Região Militar, ascendendo a Comandante, no ano de 1967. Promovido ao posto de General, em 1969, ocupa o lugar de Quartel Mestre General, onde se mantém até 1970, data em que parte para Angola, a fim de desempenhar as funções de Comandante-Chefe da Forças Armadas.

Em 1972, a sua brilhante carreira militar atinge o topo, quando preenche o cargo de Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas. É demitido na sequência da sua recusa de encabeçar os oficiais generais dos três Ramos das Forças Armadas, naquilo que ficou conhecido como o episódio da "brigada do reumático". Reocupa o cargo em 29 de Abril do mesmo ano, como resultado da revolução do 25 de Abril.

No dia 30 de Setembro de 1974, assume as funções de Presidente da República,

Funções que cessa, quando, cumprida a mais importante missão da sua vida, transmitiu o poder ao primeiro Presidente da República democraticamente eleito, depois da revolução.

Em 1976 passa à situação de reserva. Eleito, em Varsóvia, Presidente do Conselho Mundial da Paz. Promovido a Marechal, em 1981.

Morre, em 31 de Julho de 2001.

3. A mera enunciação dos sucessivos passos da vida de Costa Gomes, os acontecimentos em que esteve envolvido, dos quais foi frequen-

Francisco da Costa Gomes nasceu em Chaves, no dia 30 de Junho de 1914. O pai era capitão de infantaria e morreu quando Francisco atingiu a idade de oito anos. As dificuldades económicas da viúva recomendaram a ida de Francisco da Costa Gomes para o Colégio Militar, em 1924. Tinha dez anos, depois de ter feito a instrução primária em Chaves. Mais próximo da reflexão científica do que das letras, logo que, terminado o quinto ano do Colégio, se libertou das letras, passou a ser o melhor aluno do seu curso

LOUREIRO DOS SANTOS

Sempre se comportou a favor da Democracia

temente destacado protagonista, e o elevadíssimo nível das funções que desempenhou, revelam uma personalidade pouco comum, daquelas que deixam marcas fortes na sua época. Tanto como militar como político. Tal como outros portugueses oriundos da terra transmontana, distinguiu-se entre compatriotas do seu tempo e agigantou-se perante a História de Portugal, cujo percurso foi decisivamente influenciado pela sua inteligência e vontade.

Foi militar ilustre, multifacetado – a sua actividade percorreu praticamente todos os domínios da ciência militar, desde a logística à instrução e ensino, do serviço de estado-maior, ao exercício do comando, das funções administrativas às operacionais. O modo como agia – reflectida e racionalmente – confirmou, ao longo de toda a sua vida, a sua propensão para o raciocínio lógico, que a opção pela licenciatura em ciências matemáticas revelara e, por si própria, alimentara e reforçara.

Apesar desta multidisciplinaridade de assuntos militares que dominava com rara competência, é no exercício do comando que mostra as suas capacidades de chefe militar de excepção, quer em Moçambique quer em Angola. Como militar, atinge o seu ponto alto no desempenho do cargo de Comandante-Chefe das Forças Armadas, em Angola. A sua acção foi verdadeiramente notável, e, a meu ver, distingue-se claramente acima dos generais que, ao mesmo tempo, tinham idênticas funções, tanto em Moçambique como na Guiné, também tidos na época como chefes de enorme prestígio.

No entanto, foi o único que alcançou a vitória militar no teatro de operações por que era responsável, através de uma extraordinariamente inteligente concepção estratégica operacional, que consegue fazer executar com subtil afirmação. O que é extremamente difícil e raro na História Militar, face a uma subversão armada, doutrinada e motivada, que logrou submeter.

Aureolado pela vitória, depois de finda a sua comissão, seria impossível ter por destino outra nomeação que não o posto militar mais elevado das Forças Armadas. Foi o que aconteceu. Alcança o cargo de Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, apesar do seu passado anti-regime.

Aliás, já como Subsecretário de Estado do Exército tinha desenvolvido uma intensa actividade de preparação das forças terrestres, quer em Portugal, quer nas colónias, para fazerem frente ao desencadeamento da ameaça que, mais tarde, se viria a materializar, qual seja a irrupção de insurreições por movimentos de libertação nacionais. Contactou com os diversos territórios, determinou estudos, dinamizou comissões de trabalho, desencadeou planos, e pôs em acção muitas medidas que estiveram na base da possibilidade de desencadear a resposta que viria a ser dada ao primeiro levantamento contra a soberania portuguesa, precisamente em Angola. Não tivesse sido levada a efeito esta actividade preparatória, decidida a prazo conveniente e com a visão que caracteriza um verdadeiro administrador do Exército, e teria havido problemas bem maiores do que aqueles que se verificaram, quando foi dada ordem ao Exército para marchar para África. Pena foi que o seu trabalho de previsão tivesse sido em grande parte ostracizado. As condições de resposta poderiam ter sido ainda melhores.

Mas a acção de Costa Gomes não se ficou por estas, já por si, importantes áreas. Também se destacou como um dos nossos maiores especialistas da NATO, aliança com a qual teve intensos contactos, ao longo de grande parte da sua vida activa.

As suas relações de serviço com a NATO iniciam-se em 1951, com a missão de indagar se as nossas capacidades de mobilização seriam suficientes para satisfazer os compromissos que tínhamos assumido, concluindo pela negativa. E continuarão com a elaboração de planos de instrução para estas forças; posteriormente, com o exercício de funções no SACLANT (em Norfolk, nos Estados Unidos), comando para que é designado; e com a participação em múltiplas reuniões da NATO em Paris, integrando todas as missões portuguesas que a elas assistiram.

Contudo, será como político que a sua actuação mais irá ser conhecida da opinião pública, especialmente pelo destacado papel que desempenhou nos acontecimentos relacionados com o 25 de Abril e na sua sequência.

Conforme já vimos, Costa Gomes não se iniciou na política nesta época. Já muito antes havia tomado atitudes contra o rumo que o Estado Novo imprimia aos destinos do país. Um dos pontos altos deste posicionamento foi a sua participação no golpe falhado do general Botelho Moniz, cuja finalidade era promover a descolonização, de acordo com aquilo que o contexto histórico exigia e a guerra-fria aconselhava a um país da NATO, porquanto a resistência à libertação das colónias originaria a sua mobilização pelo mundo comunista, como aliás viria a acontecer. A esta política externa teria correspondido a democratização da República, pondo-se ponto final a um regime autocrático e substituindo-o por uma democracia, tipo de regime que Costa Gomes conhecera, e que apreciava, durante a sua estadia nos Estados Unidos.

Abortado o golpe, Costa Gomes é "exilado" para Beja e mais tarde para Elvas. Mas será recuperado posteriormente, com a sua nomeação para a frequência do Curso de Altos Comandos. O país não se podia permitir ao luxo

de desperdiçar um talento como o de tão distinto militar.

Como CEMGFA, ainda antes do 25 de Abril, tomará uma atitude militar com efeitos políticos de grande dimensão. Tratou-se do sancionamento da publicação do livro "Portugal e o Futuro", da autoria do general Spínola, Vice CEMGFA, onde era questionada a política ultramarina que o governo estava a seguir, e, na prática, era anunciado um golpe militar, na medida em que se tornara visível a associação íntima da sobrevivência do regime com a manutenção das colónias. Para o Estado Novo sobreviver eram-lhe indispensáveis as colónias, portanto a guerra. A independência das colónias, ou seja o fim da guerra, corresponderia ao ocaso do regime.

Escolhido pelo Movimento das Forças Armadas para Presidente da República, preferiu regressar ao seu anterior posto de CEMGFA, do qual tinha sido demitido por razões políticas.

A turbulência que se seguiu ao 25 de Abril, com o acentuar dos radicalismos, especialmente dos que se encontravam organizados e razoavelmente implantados já anteriormente à revolução, acelerou o processo revolucionário e conduziu à demissão do Presidente da Republica, general Spínola. Francisco da Costa Gomes assume, então, as mais altas funções do Estado, como Presidente da República. Mas acumula com as funções do Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, o cargo militar supremo.

Foi militar ilustre, multifacetado - a sua actividade percorreu praticamente todos os domínios da ciência militar, desde a logística à instrução e ensino, do serviço de estado-maior, ao exercício do comando, das funções administrativas às operacionais. O modo como agia - reflectida e racionalmente - confirmou, ao longo de toda a sua vida, a sua propensão para o raciocínio lógico, que a opção pela licenciatura em ciências matemáticas revelara e, por si própria, alimentara e reforçara

Apesar da sua grande capacidade negocial e da facilidade com que se relacionava com todas as forças do espectro político, nomeadamente as diversas facções das Forças Armadas e do MFA, não foi possível abrandar o processo de radicalização da sociedade portuguesa, que atingiu o seu zénite com os acontecimentos do 11 de Março de 1975. A partir daí, tornou-se visível para os militares democratas que seria tentado um golpe de força pelas forças extremistas de esquerda, com a finalidade de conquistar o poder, na medida em que as eleições para a Constituinte, celebradas a 25 de Abril de 1975, revelaram a imensa maioria de portugueses apoiantes dos partidos democráticos tipo Ocidental, com o partido comunista a dominar uma fatia muito pouco expressiva do eleitorado.

Foi possível dominar esse golpe anunciado, no dia 25 de Novembro desse ano, com as forças militares sob o comando superior de Costa Gomes, que, simultaneamente, agia politicamente com as diversas forças políticas, afim de evitar confrontos violentos expressivos, o que foi conseguido.

A partir desta data, o país foi adoptando, progressivamente, comportamentos próprios de um regime democrático, o que culminou com a eleição do Presidente Ramalho Eanes, a quem Costa Gomes, cumprida a sua árdua tarefa, entregou o poder.

LOUREIRO DOS SANTOS

Evitou os confrontos armados

4. O marechal Francisco da Costa Gomes tinha qualidades verdadeiramente excepcionais. Que explicam o vinco forte e muito positivo, que deixou na História de Portugal.

Do conhecimento afastado que dele tive, mas principalmente dos poucos meses em que privei de muito perto com esta figura tão marcante, tendo em conta as missões que desempenhei, primeiro como Chefe do Gabinete da Comissão Coordenadora do MFA, e mais tarde como Secretário Permanente do Conselho da Revolução, a que Costa Gomes presidia, destaco os seguintes quatro aspectos:

1) A preocupação permanente de resolver os conflitos pelo recurso à negociação, explorando e apostando nos interesses que aproximavam as diversas partes em confronto e esbatendo os pontos de discordância. A sua superior inteligência, que todos reconheciam, o hábito de amadurecer as reflexões, a suave firmeza associada a uma hábil flexibilidade, que muitos confundiam com fraqueza e falta de convicções, e que se dissimulava sob uma aparente debilidade face às posições contraditórias dos diversos protagonistas, todas estas características tornavam o general Costa Gomes no elemento chave das soluções, a quem todos recorriam, e a quem todos respeitavam.

2) Uma impressionante calma e frieza, com um puro raciocínio matemático, em ambientes de excitação e de caos. Não se deixando dominar pelas emoções nem pelos afectos, apesar de nunca estarem ausentes do seu modo de ser e de agir. Costa Gomes conseguia discernir, entre a multidão de questões, aquela que era crucial, na qual era necessário apostar e que era indispensável preservar, a todo o custo.

Um dos melhores exemplos desta faceta, que salvou muitas situações de pré-catástrofe, e garantiu aquilo que era determinante para, posteriormente, recuperar o que parecia irrecuperável, e salvar o que aparentava não ter salvação possível, é, sem sombra de dúvida, a sua acção na Assembleia selvagem do MFA que ocorreu na noite de 11 para 12 de Março de 1975, na qual foram decididas medidas de extremo radicalismo e gravidade, de muitas das quais só bem tarde foi possível o país descartar-se.

Perante a situação de completa balbúrdia que se vivia, Costa Gomes, em vez de adoptar uma posição de irredutibilidade face à onda de excitação intencionalmente provocada por quem dela pretendia retirar grossas vantagens políticas, aceitou participar na reunião. É certo que, com essa participação, conferiu-lhe legitimidade e portanto legitimou medidas gravosas. Mas impediu uma eventual e previsível exploração do sucesso dos elementos radicais, que conduziria certamente a acções de força incontroláveis e sangrentas, portanto a uma guerra civil, e, mais do que tudo, conseguiu salvar o essencial – garantir a realização de eleições livres e justas no dia 25 de Abril, para a Constituinte, que viriam a legitimar as posições francamente maioritárias das forças políticas democráticas, e assim, criar condições para o impulso decisivo em direcção à afirmação da democracia representativa no nosso país.

Face à situação de confusão que reinava na dita Assembleia selvagem, Costa Gomes apercebeu-se que o essencial entre tudo era manter a promessa das eleições e efectuá-las. Cedeu em muitas outras coisas. Mas preservou a democracia.

3) Uma outra característica notável de Costa Gomes dizia respeito às conclusões da sua observação da realidade conflitual em que estava envolvido.

Em cada momento, ele conseguia ter uma percepção aguda da relação das forças que se movimentavam, e dos respectivos objectivos e actuação futura. Nesta situação, possuía a capacidade de agir, de modo extraordinariamente subtil, a favor da força que, no seu entendimento, deveria prevalecer. Fazia-o, sem revelar a sua atitude nem a sua vontade. Dava mesmo, por vezes, a ideia de que actuava com fins opostos àqueles que efectivamente visava.

Vi-o actuar assim, em diferentes momentos. Em todos eles, sempre se comportou a favor da democracia. E de tal maneira o fez, que deve ser considerado, e com toda a justiça, um dos principais artífices do regime democrático que vigora actualmente em Portugal.

4) Finalmente, convém acentuar que, mais de uma vez em todo o conturbado processo revolucionário, a sua acção inteligente conseguiu evitar que os conflitos permanentes subissem aos extremos, e se transformassem em confrontos armados, que, fatalmente, funcionariam como rastilho de uma guerra civil.

Portugal também deve isto a este grande português e extraordinário transmontano.

5. Para terminar esta exposição, na qual procurei, resumidamente, destacar alguns dos pontos em que Francisco da Costa Gomes serviu o país, não quero deixa de afirmar o seguinte.

Portugueses de perfil semelhante ao do ilustre filho de Trás-os-Montes de que estamos a falar, que lutaram, durante o século XIX, pelos ideais da liberdade, são hoje recordados nas praças da capital de Portugal, através de uma justa homenagem, materializada numa condigna representação escultórica. Saldanha, Terceira e Sá da Bandeira são alguns deles.

É a altura da mesma homenagem ser prestada ao marechal Francisco da Costa Gomes, figura exemplar de português raro, pela inteligência, sabedoria e pertinácia com que lutou pela democracia.

Cabe à Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro assumir esta causa pela memória de um grande transmontano. E bater-se por esta homenagem, que considero verdadeiramente justa e urgente. ■

SILAS CERQUEIRA

Defensor da Paz

BEM HAJA A CASA de Trás-os-Montes e Alto Douro pela oportuna iniciativa, cuja necessidade de há muito se impunha, de promover um programa de homenagem à memória do Marechal Francisco da Costa Gomes. Assim como de, neste âmbito, incluir a imprescindível e justa evocação do seu destacado papel em defesa da paz mundial – o que nunca chegou a ser feito, nem na altura do seu falecimento em 2001 nem desde então. Na verdade, numa longa vida, repleta das mais altas responsabilidades profissionais como militar e coroada pelo seu papel cívico de Chefe de Estado da Revolução democrática do 25 de Abril, sobressai no último quarto de século a actividade pública nacional e internacional do Marechal Costa Gomes consagrada à causa da Paz.

Desde logo, de 1974 a 1976, na direcção do Conselho da Revolução, do MFA – o qual, sendo movimento das forças armadas pela Democracia foi igualmente movimento das forças armadas pela Paz. Consequentemente, como Presidente da República que, com plena legitimidade democrática revolucionária: assinou a Acta Final da Segurança e Cooperação Europeias em Helsínquia; reconheceu o direito dos povos das ainda colónias portuguesas à independência; desenvolveu uma acção persistente e patriótica quer pela Paz em África, quer noutro plano pela paz interna em Portugal, exercendo com coragem política o histórico dever de promulgar na hora exacta a Constituição da República Portuguesa.

Concluído o mandato de Chefe de Estado da Revolução, o então General Costa Gomes, pondo de parte solicitações de formações partidárias que poderiam ter resultado em mantê-lo no exercício das mesmas ou de outras altas funções de soberania, fez antes uma opção no plano dos princípios, a saber, dar continuidade à sua acção humanitária em prol da Paz. Agora na esfera não-governamental, das associações e movimentos de opinião pública pela Paz, e em primeiro lugar do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) e do Conselho Mundial da Paz (CMP) – pelo que se dirigiu para o efeito a quem apresenta este testemunho

Subsequentemente, e uma vez concluído o mandato de Chefe de Estado da Revolução, o então General Costa Gomes, pondo de parte solicitações de formações partidárias que poderiam ter resultado em mantê-lo no exercício das mesmas ou de outras altas funções de soberania, fez antes uma opção no plano dos princípios, a saber, dar continuidade à sua acção humanitária em prol da Paz. Agora na esfera não-governamental, das associações e movimentos de opinião pública pela Paz, e em primeiro lugar do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) e do Conselho Mundial da Paz (CMP) – pelo que se dirigiu para o efeito a quem apresenta este testemunho.

Opção essa por livre e desinteressada iniciativa própria que, se reflectia a isenção e apartidarismo das intervenções do CPPC pela Paz junto das mais diversas personalidades políticas e militares democráticas naquele período, sublinhava fortemente a lucidez e independência políticas da alta personalidade que a assumia. Desmentindo deste modo, e mais uma vez, calúnias e enfrentando com serena dignidade posições de hostilidade e até discriminações, em particular no exercício das suas prerrogativas de marechal depois de promovido em 1981/82 – da parte de tal ou tal figura ou sector com ligações à política armamentista de grandes potências estrangeiras.

Assim, foi preterido em cerimónias oficiais. Um CEMGFA retirou-lhe o gabinete no ▶

SILAS CERQUEIRA

Defensor do desarmamento

Restelo. Um primeiro-ministro instruiu a delegação portuguesa na ONU para se retirar da sala do Conselho Geral, quando o Marechal Costa Gomes interviesse a título não-governamental (o mesmo que mais tarde lhe diria "o senhor prejudicou-se muito"). Nada disso lhe quebrantou o carácter, as convicções, a determinação, na sua incansável e genuína actividade em defesa da Paz.

Seria, pois, falsear a História e a verdade, faltar à justiça devida à memória da multifacetada personalidade de tão notável patriota português, o ignorar ou secundarizar uma realidade incontornável e do maior significado de uma vida excepcional. A saber, o facto de que desde 1976-77 e até ao fim da vida o fundamental da sua actividade pública, cívica, foi a luta pela Paz e se desenvolveu no quadro do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) e do Conselho Mundial da Paz (CMP), e ainda de várias outras organizações não-governamentais e movimentos. Tais como o Grupo de Generais e Almirantes para a Paz e o Desarmamento (organismo internacional, criado por inspiração no exemplo do Marechal Costa Gomes, e que incluía generais e almirantes na reserva que tinham exercido altos comandos na NATO), ou os Encontros de Cristãos Católicos Europeus para Paz e outros.

Nesse âmbito e com essa finalidade, multiplicaram-se desde a segunda metade dos anos 70 e durante a década de 80 – e ainda nos anos 90, após o derrube dos Estados do Leste Europeu e a ruptura do equilíbrio político-estratégico mundial – as tomadas de posição e intervenções públicas relevantes do Marechal Costa Gomes, em dezenas de reuniões, manifestações e iniciativas da opinião pública, tanto em Portugal como no estrangeiro. Na impossibilidade de elencá-las aqui, importa sublinhar que sempre tiveram em vista elevados ideais tão humanos e universais quanto patrióticos – conformes com a Constituição da República e, em particular, o seu artigo 7.º, e com a Carta das Nações Unidas – e se orientaram em torno de três grandes direcções de actividade, que continuam hoje actuais.

Em primeiro lugar, a luta por um imperativo ético, político, militar, de segurança universal e sobrevivência da Humanidade: o fim da corrida às armas nucleares e de destruição massiva, começando obviamente pelas grandes potências, com vista à completa abolição desse tipo de armas. Isto, de par com outras medidas e processos de desarmamento geral, simultâneo e controlado, de segurança e cooperação na Europa e no Mundo, e de solução pacífica dos conflitos. Com este objectivo, o Marechal Costa Gomes dava início desde 1977 à nova fase da sua vida pública, participando em numerosas sessões pelo desarmamento promovidas pelo CPPC, de Norte a Sul do país, nas quais era recebido calorosamente.

No mesmo ano de 1977 era eleito membro da presidência e em 1980 vice-presidente do CMP, que o distinguiria em 1982 com a medalha Joliot-Curie numa sessão em Lisboa.

Nas Conferências do CMP, e perante os mais diversos areópagos internacionais, ombrearia com individualidades de todo o mundo. As suas intervenções passaram a ser escutadas com grande interesse e respeito, pela competência, objectividade, independência e espírito construtivo que as caracterizaram. Foi o caso logo em 1978 com o discurso que pronunciou em Genebra, perante a I Conferência Internacional de Organizações Não-Governamentais pelo Desarmamento, dirigida pelo Prémio Nobel da Paz Sean MacBride. No mesmo ano empenhava-se em Portugal e na Europa, com os movimentos da paz, numa campanha de mobilização da opinião pública – que teve êxito – contra o início da produção da bomba de neutrões por Estados da NATO.

Na vasta mobilização da opinião pública internacional que se desencadeou na primeira metade da década de 80 contra a instalação de novos mísseis nucleares na Europa, e que levaria em finais da década à sua eliminação recíproca da parte da URSS e dos EUA, teve o marechal Costa Gomes um influente papel e uma intensa acção, de que só podemos referir aqui uma amostragem. Por exemplo, participando em marchas da Paz como as de 1982 e 1983, em Lisboa. Ou participando em grandes assembleias internacionais como a de Praga, em 1983 – à frente de uma numerosa e representativa delegação portuguesa (que incluía o poeta Eugénio de Andrade). Ou em 1984, na conferência presidida pelo primeiro-ministro grego A. Papandreou em Atenas, cidade à qual o marechal Costa Gomes voltaria em 1989 para nova conferência.

Na vasta mobilização da opinião pública internacional que se desencadeou na primeira metade da década de 80 contra a instalação de novos mísseis nucleares na Europa, e que levaria em finais da década à sua eliminação recíproca da parte da URSS e dos EUA, teve o marechal Costa Gomes um influente papel e uma intensa acção, de que só podemos referir aqui uma amostragem. Por exemplo, participando em marchas da Paz como as de 1982 e 1983, em Lisboa

Outra direcção da sua actividade foi a da solidariedade internacional em defesa dos Direitos do Homem e dos Povos. Concretamente, em apoio às lutas pela democracia e autodeterminação nacional e social, por um desenvolvimento independente e a soberania nacional – e por uma Paz justa e estável em conflitos regionais devidos a desestabilizações e agressões directas ou indirectas, de natureza neo-colonial, emanadas de grandes potências.

Nessa linha de actividade, efectuou numerosas missões às regiões em conflito, como em 1979 numa primeira e memorável visita, acompanhado de uma delegação do CPPC, ao Médio Oriente – onde foi recebido pelos Chefes de Estado ou primeiros-ministros, e outros dirigentes, do Líbano, Síria, Jordânia, Kuwait, Iémen do Sul. A essa visita, seguiu-se sob a sua presidência em Lisboa – e com a participação, pela primeira vez na Europa Ocidental, de Yasser Arafat – a grande Conferência Mundial de Solidariedade com o Povo da Palestina. A qual mostrou como a acção do movimento pela Paz e solidariedade podia contribuir para abrir perspectivas de uma política externa portuguesa autónoma (que posteriormente se perderam).

Diferentes regiões várias vezes visitadas foram a América Central – em particular Cuba, e o México e Panamá – e do Sul, como o Brasil e a Venezuela. Ou na África Austral, Moçambique e Angola, a convite dos respectivos Chefes de Estado – e na Ásia, a União Indiana e a República Democrática Popular da Coreia.

Nestas e noutras frequentes deslocações, tanto à União Soviética e outros países da Europa de Leste, como a capitais ocidentais (Helsínquia, Copenhaga, Genebra, Viena, Paris, Madrid, Atenas, etc.) e do Terceiro Mundo, o marechal Costa Gomes era recebido por individualidades da vida intelectual e social e dirigentes políticos, incluindo chefes de Estado.

Outra direcção da sua actividade foi a da solidariedade internacional em defesa dos Direitos do Homem e dos Povos. Concretamente, em apoio às lutas pela democracia e autodeterminação nacional e social, por um desenvolvimento independente e a soberania nacional – e por uma Paz justa e estável em conflitos regionais devidos a desestabilizações e agressões directas ou indirectas, de natureza neo-colonial, emanadas de grandes potências. Nessa linha de actividade, efectuou numerosas missões às regiões em conflito, como em 1979 numa primeira e memorável visita, acompanhado de uma delegação do CPPC, ao Médio Oriente

Identicamente, nas repetidas missões não-governamentais à sede das Nações Unidas em Nova Iorque, onde costumava encontrar-se com os sucessivos secretários-gerais – o que também contribuiu para a atribuição, em 1997, do Galardão de Mensageiro da Paz, pela ONU, ao CPPC, primeira organização não-governamental portuguesa a receber tal distinção.

Também contaram decisivamente a sua presença e o seu papel para trazer a Lisboa - no quadro de Conferências Internacionais preparadas pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação, o Movimento Português contra o Apartheid e outras associações e personalidades – dirigentes como Yasser Arafat, Joaquim Chissano, Sam Nujoma, Oliver Tambo, Thabo Mbeki, Joshua Nkomo, Robert Mugabe.

Em 1993, quem, em nome do Conselho Português para a Paz e Cooperação pronunciou o discurso de boas vindas a Nelson Mandela na sua visita a Lisboa, foi o Marechal Costa Gomes.

Todas estas suas actividades acima exemplificadas, desenvolvidas em torno das duas grandes orientações já referidas – Paz e Desarmamento e solidariedade democrática internacional – convergiam numa terceira linha de orientação, que fundamentava as outras e as reforçava. Isto é: o serviço de Portugal democrático saído do 25 de Abril, do seu prestígio e ▶

SILAS CERQUEIRA

Militar, patriota, democrata

interesse nacional, a defesa de uma política externa independente e de Paz. Daí o capital contributo prestado pelo Marechal Costa Gomes para o êxito de importantes iniciativas nacionais do CPPC.

Tais como o lançamento, em 1981, do Movimento Não às Armas Nucleares em Portugal (MNANP) – que pelo seu impacto obrigou alguns políticos portugueses, entre os quais um Ministro da Defesa e um Primeiro Ministro, a recuar (embora sem garantias) em perigosas declarações anteriormente proferidas, favoráveis à passagem e ao estacionamento de armas nucleares no território nacional.

Ou a realização em Lisboa, em 1984, com sucesso e repercussão, da Conferência Luso-Espanhola por uma Península Ibérica Livre de Armas Nucleares.

Profundamente patriota, o Marechal Costa Gomes teve sempre no âmago da sua acção pública pela Paz a preocupação constante da soberania e segurança de Portugal e dos portugueses, para hoje e para amanhã.

Já entrou na História de Portugal, da Europa e do Mundo como Chefe de Estado exemplar do Portugal democrático saído do 25 de Abril, e individualidade eminente do movimento da Paz português e internacional. No entanto, subsistem a este respeito algumas incompreensões e apreciações superficiais, ou por vezes de má fé, que devemos desfazer. Continuam a faltar um estudo e a alta valorização do seu contributo singular à causa da democracia e da Paz. Limitar-nos-emos a referir sucintamente três questões essenciais para qualquer análise aprofundada.

A primeira, sendo que não houve nenhum "enigma" no itinerário, através de etapas diferenciadas e sem dúvida contraditórias, que levou Francisco da Costa Gomes – primeiro chefe militar, depois Chefe de Estado democrático – a assumir nos últimos 25 anos da sua vida a luta pela Paz como actividade e objectivo central. Itinerário onde desde cedo emerge um fio condutor que vai da democracia à Paz, e reciprocamente – numa evolução marcada por experiências determinantes. Entre as quais, e especialmente, quer as guerras coloniais - "depois de tantos anos de guerra, cheguei à conclusão de que ela não resolve nenhum problema" - quer o ensaio com a explosão de um bomba atómica no deserto do Nevada nos EUA, ao qual assistiu como observador militar (em 1955, quando estagiário no Quartel-general da NATO em Norfolk, onde estudou a utilização eventual da arma atómica, concluindo pela sua impossibilidade). Diria "fiquei absolutamente convicto que o homem seria louco se não pusesse termo à construção destas armas". Este tornar-se-á, aliás, o leitmotiv do seu combate pela Paz.

Todas as suas actividades desenvolvidas em torno das duas grandes orientações – Paz e Desarmamento e solidariedade democrática internacional – convergiam numa terceira linha de orientação, que fundamentava as outras e as reforçava: o serviço de Portugal democrático saído do 25 de Abril, do seu prestígio e interesse nacional, a defesa de uma política externa independente e de Paz. Daí o capital contributo prestado por Costa Gomes para o êxito de importantes iniciativas nacionais do CPPC.

Tal é o percurso que vai culminar no 25 de Abril, Revolução pela democracia e pela Paz - na continuidade da qual, e depois de ter exercido a Presidência da República, o ainda General Costa Gomes opta "sua sponte", e consciente das implicações, por voltar-se para a acção cívica pela Paz. Nada de mais transparente e coerente.

Mas porquê? É uma questão essencial. Pois não é possível compreender plenamente, apreciar em todo o seu significado e alcance, essa opção forte, sem se ter em conta que Francisco da Costa Gomes a fez não só como qualquer cidadão e democrata consciente a pode (e deve) fazer; e não só como ex-Presidente da República. Fê-la também e acima de tudo como oficial general, que fundamentou precisamente na mais actual ciência militar e estratégica – isso é que foi e continua a ser novo, e do maior interesse – a conclusão de que uma "guerra nuclear entre grandes potências é impossível" (já em em1948 apresentara uma tese, no Curso de Estado Maior, examinando as consequências de uma guerra atómica na Europa e do eventual lançamento de uma bomba atómica sobre Lisboa). Daí a sua acção firme contra a corrida suicida às armas nucleares, os alertas reiterados quanto à perigosidade de estratégias e novos tipos e sistemas de armas visando (ilusoriamente) tornar a guerra nuclear "possível" e "ganhável", as advertências de que o "domínio militar mundial" visado pelos EUA não era possível.

Não porque tivesse "passado" de um bloco militar para o oposto! Nem porque se tivesse tornado um Marechal "pacifista" (nunca o foi, antes advogando a defesa militar modernizada da soberania nacional e segurança de Portugal - o que deveria pressupor a garantia de uma Península Ibérica desnuclearizada). Pelo contrário. Foi

Ainda no ano 2000, fiel até ao fim aos princípios que nortearam a sua luta, reafirmava em saudação dirigida à Assembleia da Paz do CPPC, "o esforço de desarmamento continua cada vez mais actual", "importa pôr em causa os complexos militares-industriais". O que levanta outra questão essencial, a da grande actualidade da mensagem do Marechal Costa Gomes nesta frente de combate pela Paz e, prioritariamente, para pôr termo ao perigo de guerra nuclear

como Chefe militar com um longo período no comando de tropas e na chefia do Estado Maior, com reconhecida capacidade estratégica e aguda percepção da correlação de forças, que - independentemente de um ou outro bloco militar e de quaisquer "conotações", e sim em função da natureza do problema e do perigo a prevenir, a guerra nuclear - tomou essas posições de princípio.

Ainda no ano 2000, fiel até ao fim aos princípios que nortearam a sua luta, reafirmava em saudação dirigida à Assembleia da Paz do CPPC, "o esforço de desarmamento continua cada vez mais actual", "importa pôr em causa os complexos militares-industriais". O que levanta outra questão essencial, a da grande actualidade da mensagem do Marechal Costa Gomes nesta frente de combate pela Paz e, prioritariamente, para pôr termo ao perigo de guerra nuclear. Contudo, será que essa é a realidade de hoje, e como se apresenta, num mundo que mudou? De facto o mundo mudou radicalmente sob o signo do que se convencionou chamar a "globalização" – mas de que modo? O que constatamos? A coexistência pacífica acabou na prática das relações internacionais; do "fim da guerra-fria" passou-se para a guerra quente das invasões e ocupações estrangeiras; o "equilíbrio do terror" deu lugar ao terror sem equilíbrio. Se racionalmente uma guerra nuclear é impossível, no entanto estamos a viver dia a dia na cena internacional o inimaginável e o impossível.

É o cenário para que aponta, num exemplo entre muitos, um artigo recente de uma personalidade americana "insuspeita", antigo ministro da Defesa durante a guerra do Vietname. Robert S. McNamara, caracteriza "a presente política dos EUA quanto às armas nucleares" como "imoral, ilegal, militarmente desnecessária e horrivelmente perigosa" (o que faz lembrar palavras do Marechal Costa Gomes 20 anos antes !). Noutro parágrafo acrescenta "Lançar armas contra um inimigo equipado nuclearmente seria um suicídio. Fazê-lo contra um inimigo não nuclear seria desnecessário militarmente, repugnante moralmente, e indefensável politicamente" ("Foreign Policy", Washington, Maio-Junho 2005). Ora é exactamente isso que preconiza um documento oficial americano de Março de 2005, "Doctrine for Joint Nuclear Operations" (Doutrina das Operações Nucleares Inter-Armas), ou seja, o recurso a ataques nucleares preventivos para "obter o fim rapidamente favorável de uma guerra", "permitir o êxito de operações americanas ou multinacionais" e vários outros "motivos".

Por outro lado, o SIPRI Yearbook de 2005 (Anuário Sueco de Estudos sobre a Paz, Estocolmo) assinala que as grandes potências prosseguem com a corrida às armas nucleares, enquanto a Administração Bush se recusa a ratificar ou saiu de Tratados internacionais que limitavam essa corrida e visa produzir novos tipos de armas nucleares (quer miniaturizadas, mini-nukes, quer de penetração subterrânea, earth-penetrating, quer para o espaço extra-atmosférico).

Um comentário impõe-se: afinal revelam-se absolutamente vindicadas as posições, concepções, advertências, por assim dizer prescientes,

Na nova situação mundial em que países como o nosso vêem cada vez mais ameaçada a sua sobrevivência de Estados independentes, e continua a desestabilizar-se perigosamente a cena internacional com mais agressões e guerras, de par com o irresponsável desencadear de nova corrida às armas nucleares, urge dar continuidade à acção, obra e lição de Francisco da Costa Gomes no presente – e projectá-la com maior dimensão para o futuro – da luta por um Portugal democrático, soberano, pacífico e feliz

do Marechal Costa Gomes no seu combate de um quarto de século pela proibição e abolição de todas as armas nucleares e de destruição massiva.

De tudo o que precede, e o mais que deverá ser redescoberto, emerge a outra luz a autêntica estatura de Francisco da Costa Gomes como grande militar, patriota, democrata, defensor da Paz – firme nos seus princípios e nas suas opções. Na formação e acção de tão excepcional personalidade conjugaram-se uma estreita ligação ao Povo da sua região e do seu país, a lucidez de um intelectual com vocação para a matemática, virtudes de modéstia e aprendizagem democrática, valores humanitários de justiça social, valores cristãos da sua fé católica, com a excepcional experiência e capacidade estratégica de Chefe militar – que conhecia e repudiava os horrores da guerra, e vira, observara, o incalculável poder destrutivo das armas nucleares.

Um primeiro e importante passo para que vivam a sua memória, o seu exemplo, o seu legado, é o da justíssima homenagem pioneira promovida em boa hora pela CTMAD, com o mérito acrescentado de abrir caminho a outras iniciativas. Permitimo-nos sugerir duas de espírito idêntico. A primeira, mais óbvia e que em princípio não deveria suscitar qualquer dificuldade, seria a de que a CTMAD, a Associação 25 de Abril, e o CPPC, agissem no sentido de fazer atribuir a uma via importante em cada uma de três cidades – Chaves onde nasceu, Porto onde obteve a licenciatura, e Lisboa onde viveu e exerceu a Presidência da República – o nome do Marechal Costa Gomes (com a menção, além dos seus títulos, de defensor da Paz). A segunda iniciativa, de mais difícil materialização mas com especial significado e interesse, seria a de criar condições que permitam estabelecer um instituto ou fundação Marechal Costa Gomes de Estudos sobre a Paz (como entidade independente, à semelhança do que acontece na maioria dos países da Europa Ocidental).

Na nova situação mundial em que países como o nosso vêem cada vez mais ameaçada a sua sobrevivência de Estados independentes, e continua a desestabilizar-se perigosamente a cena internacional com mais agressões e guerras, de par com o irresponsável desencadear de nova corrida às armas nucleares, urge dar continuidade à acção, obra e lição de Francisco da Costa Gomes no presente – e projectá-la com maior dimensão para o futuro – da luta por um Portugal democrático, soberano, pacífico e feliz. ■

Testemunho baseado na colaboração e actividade conjunta tidas no âmbito do CPPC, CMP, e outros movimentos, de 1977 a 1989 (quando o autor se viu afastado - apesar do voto em contrário do Marechal Costa Gomes - da Direcção do CPPC). Esta é a versão escrita integral da intervenção, cuja apresentação oral foi abreviada devido à limitação de tempo.

A25A

Conselho da Presidência

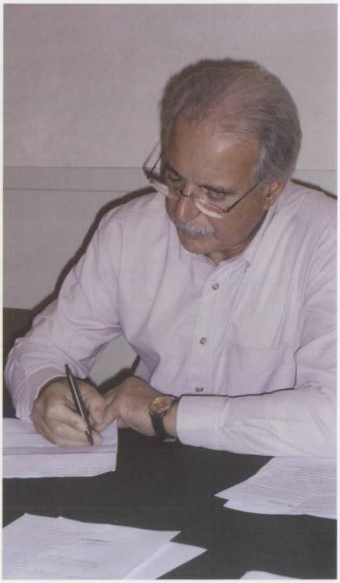
Apesar de constar nos nossos Estatutos e no Regulamento Interno nunca se procedeu à instalação do Conselho da Presidência da A25A. Sendo intenção da actual Direcção incentivar a participação activa dos seus associados, foi muito naturalmente dada uma importância particular à instalação do Conselho da Presidência, desejando que o mesmo seja actor e impulsionador do incremento da participação na vida associativa.

Por isso, foi realizada a primeira reunião do Conselho da Presidência, no dia 12 de Novembro de 2005, na sede da A25A, na qual foi escolhido como seu presidente,

Vários aspectos da reunião instaladora do Conselho da Presidência.
Nas fotos à esquerda, reconhecem-se, entre outros, o presidente da A25A, e, em cima, o coronel Vítor Alves no uso da palavra após ter sido cooptado como presidente do Conselho da Presidência da A25A.

o consócio Vítor Alves, e secretário, o consócio Simões Teles. Igualmente foi este órgão solicitado a pronunciar-se sobre: o Estatuto do Sócio de Honra da A25A (pretende-se definir a que condições se deve obedecer para se ser escolhido para Sócio de Honra); e a distinção honorífica "25 de Abril" (deverá, ou não, a A25A instituir uma distinção honorífica? se sim, com que designação?; com que estatuto?; dirigida a quem?, etc.).

Após o encerramento dos trabalhos, aos membros deste órgão juntaram-se os elementos dos órgãos sociais da A25 que confraternizaram em almoço realizado no restaurante da Sede.



MANIFESTAÇÃO

Não apaguem a memória!

A MEMÓRIA é o cimento que une a nação e que ao ser apagada põe em causa o edifício nacional, contribuindo para o esbater da consciência colectiva. Numa época em que as fronteiras perderam o seu carácter de imobilidade, obedecendo cada vez mais a modelos de geometria variável função dos determinantes geopolíticos que regem as relações entre os países, a preservação do passado constitui um imperativo que devemos a nós próprios e às gerações vindouras.

Foi assim que um grupo de cidadãos deu início a um movimento cívico visando manter a memória do que foi a acção repressiva da polícia política do Estado Novo, condenando publicamente a transformação da antiga sede da ex-PIDE/DGS em condomínio de luxo e pugnando para que locais relacionados com a memória da resistência desenvolvida no passado, possam ser transformados em símbolos da luta desenvolvida.

A Associação 25 de Abril, na defesa dos valores e espírito democráticos apoia este movimento cívico, tendo este apoio sido traduzido por um documento subscrito pelo seu presidente da Direcção e lido numa proclamação pública que teve lugar no passado dia 12 de Novembro, junto à antiga sede da ex-PIDE/DGS na António Maria Cardoso.

Decorre neste momento uma campanha de adesão ao movimento e de recolha de assinaturas, visando sensibilizar os mais altos órgãos de soberania para o paulatino apagar da memória que tem vindo a acontecer ao longo destes trinta anos após o vinte e cinco de Abril, campanha que decorre sob a forma do abaixo-assinado, que publicamos nesta página. ■

Caro associado
Não se esqueça de manter actualizada
a informação sobre o seu e-mail

A Direcção da A25A

Petição pública

NO PASSADO DIA 5 de Outubro, um conjunto de cidadãos reuniu-se junto à antiga Sede da PIDE/DGS, reafirmando o protesto público contra a conversão daquele edifício em condomínio fechado e contra o apagamento da memória do fascismo e do sofrimento causado aos portugueses. No local, ficou então uma faixa com os nomes de muitos dos que foram assassinados pela ditadura que oprimiu Portugal durante quase 50 anos.

É finalidade desta iniciativa cívica continuar essa acção, convertendo-a no impulso simbólico dum vasto movimento de cidadãos, plural e aberto, de exigência da salvaguarda, investigação e divulgação da memória do fascismo e da resistência, como responsabilidade do Estado, do conjunto dos poderes públicos e da sociedade.

1. Reclamamos dos poderes públicos que, mais de 30 anos passados sobre o 25 de Abril, assumam a responsabilidade de constituir um espaço público nacional de preservação e divulgação pedagógica da memória colectiva sobre os crimes do chamado Estado Novo e a resistência à ditadura, que aproveite os espaços emblemáticos dessa realidade como são o Aljube, o Forte de Peniche, Caxias, a sala do plenário da Boa-Hora, a sede central da PIDE/DGS e a sua Delegação do Porto, e que coordene a sua acção com o valioso trabalho desenvolvido neste domínio por diversas instituições;

2. Condenamos a conversão do edifício da sede da PIDE/DGS em condomínio fechado e exigimos a criação de um espaço e de um elemento memorial naquela área, que assegurem a memória e a homenagem ao sofrimento de muitos portugueses e a condenação dos crimes cometidos pela polícia política do fascismo, que constituiu um dos principais pilares da ditadura;

3. Apelamos a todos os cidadãos e organizações que multipliquem, partilhem e tomem nas suas mãos, pelas formas e iniciativas que entenderem, a preservação duradoura da memória colectiva dos combates pela democracia e pela liberdade em Portugal, como elemento indispensável à construção de um futuro melhor.

Porque sem memória não há futuro.

Outubro de 2005» ■

O movimento "Não Apaguem a Memória" tem um sítio em construção na Internet – www.maismemoria.org – e um endereço – todos@maismemória.org, para onde podem ser enviadas também as adesões ao abaixo-assinado e ao movimento cívico.

Mensagem solidária da Direcção da A25A

UM POVO SEM MEMÓRIA não tem futuro.

Por mais que se insista nesta afirmação, ela não perde actualidade. Principalmente, quando se refere a um povo que mantém a sua independência há quase 1000 anos.

Poderá parecer contraditório, mas a nossa convicção é a de que este quase milénio de História comum apenas foi possível porque se terá sabido, em cada momento, preservar a memória. O que terá permitido que, em momentos de crise – e foram muitos, e alguns bem graves – a memória do passado e das virtudes do colectivo tenha fornecido forças para ajudar a seguir em frente.

Por isso, torna-se indispensável, a cada momento não apagar a memória. Dos bons e maus momentos, das boas e más acções…

Aceitamos que não seja possível preservar todos os espaços físicos que nos avivem, por si só, a memória da longa noite do fascismo em Portugal.

Mas, porque é fundamental evitar a sua repetição, há que salvaguardar o essencial.

É nesse sentido que defendemos a constituição de um museu vivo sobre esse tempo tenebroso e a resistência que permitiu o seu derrube, utilizando para o efeito as várias instalações que mais directamente estiveram ligadas à prática da violação dos direitos humanos, pelos esbirros da ditadura. Considerando que, quando tal já não for possível, se identifiquem esses locais através de algumas peças, que nos reportem para o que aí se passou.

Porque queremos manter a democracia viva, sem hipótese de retorno a uma qualquer ditadura, não aceitamos que apaguem a memória.

12 de Novembro de 2005
O Presidente da Direcção
Vasco Correia Lourenço ■

FEZ-SE JUSTIÇA

Militares reconhecidos

OS MILITARES QUE VIRAM já a sua carreira revista, de acordo com a Lei n.º 43/99, decidiram homenagear em 1 de Outubro de 2005, o almirante Martins Guerreiro.

Homenagearam assim quem, desde a primeira hora, se bateu pela aprovação de decisões que permitissem a referida recomposição das carreiras militares. E que, depois de aprovada a Lei que abria o caminho à reposição de alguma justiça, coordenou a comissão que, no âmbito da A25A, apoiou os interessados e acompanhou a evolução da aplicação da lei.

A Associação 25 de Abril, de acordo com a posição sempre assumida, participou nessa homenagem, através da presença do presidente da sua Direcção, manifestando-se honrada e orgulhosa pelos resultados obtidos, embora tendo presente que ainda existem alguns casos por resolver, o que nos faz continuar esta luta, e por manter no seu seio Homens como o Martins Guerreiro, que vêm colocando acima de tudo os ideais da Justiça, da Verdade, da Solidariedade, a par com os da Liberdade, da Democracia e da Paz, verdadeiros objectivos do 25 de Abril.

Reproduzimos nesta página a intervenção do almirante Martins Guerreiro. ■

©LUSA

MARTINS GUERREIRO

Há muito trabalho a fazer por uma cidadania activa e vigilante

ENTENDEU A COMISSÃO Organizadora desta confraternização individualizar duas das pessoas não abrangidas pela Lei 43/99, que desde a primeira hora trabalharam e colaboraram com os directamente interessados para que se chegasse a bom porto.

Pela parte que me toca, agradeço a atenção, mas tenho de deixar três notas sobre a questão:

1.º - Estou muito agradecido ao Tasso e à Luísa por partilharem comigo e com a Custódia este embaraço de sermos separados de muitos outros que nos órgãos de soberania, F.A's, opinião pública, comissão de avaliação também trabalharam e bastante para que se fizesse justiça

2.º -Quero assinalar porque é de elementar justiça que o faça, que a existência da Associação 25 de Abril, bem como o apoio e a acção do Vasco Lourenço foram fundamentais para que a Lei fosse uma realidade e o processo tivesse chegado até aqui

3.º - O processo ainda não terminou, ainda há dezenas de casos pendentes e sobretudo a porta continua fechada para os que entram/chegaram fora de prazo, há ainda bastante trabalho a fazer neste campo.

Posta esta questão prévia, quero ainda dizer-vos como encarei este almoço: com alguns de vós, nas situações mais difíceis ou nos momentos de maior pessimismo, eu ia "apostando" uns almoços como chegaríamos a resolver positivamente o problema. Como felizmente aconteceu para a maioria dos casos, tenho desde então beneficiado dessas "apostas", já tinha planos para continuar a ter almoços grátis ainda por alguns anos, uma ou duas vezes por mês. Quando o Machado dos Santos me contactou há uns tempos e me disse que se iria realizar este almoço, eu pensei:«fintaram-me, pagam em conjunto todas as "apostas", acabaram-se os almoços grátis» mas para não ser completamente fintado desta vez tenho a companhia da minha mulher.

Julgo que nas anteriores confraternizações dos marinheiros e dos pára-quedistas já expliquei o porquê da minha actuação e que não fiz nada mais do que devia, volto a repetir, duas palavras explicam a minha motivação: solidariedade e justiça.

É fácil perceber quer uma quer outra. Se queremos contribuir para a construção de uma sociedade melhor, onde cada um se possa realizar e ser feliz é evidente que temos de pôr em prática certos princípios e acreditar em certos valores.

No início de 1970, quando eu com alguns de vós iniciámos um processo de organização e luta contra o regime existente, percebemos imediatamente o valor da solidariedade face

aos riscos que íamos correr. Alguns foram atingidos antes do 25 de Abril e nós, directamente ou através de familiares, fizemos funcionar a solidariedade e o apoio aos atingidos e as famílias, era uma questão essencial ter a retaguarda coberta.

Depois no processo que se seguiu ao 25 de Abril as vias que se abriram foram diversas e nem todos os que anteriormente estavam unidos na luta contra a ditadura continuaram pelo mesmo caminho, mas isso nunca significou para mim que não lhes deveria solidariedade quando dela necessitassem, o compromisso assumido antes do 25 de Abril manteve-se e mantém-se.

A solidariedade é uma questão de princípio para aplicar a toda a sociedade e não apenas a alguns.

Claro que eu conheço a natureza humana e sei que há pessoas que só vêem a solidariedade num sentido e numa forma muito limitada, isto é, quando precisam ou têm algum problema, mas temos que trabalhar para que as pessoas e a sociedade vão alargando e praticando cada vez mais a solidariedade a todos os que efectivamente precisam.

Para além da solidariedade, a outra forte motivação foi a justiça.

A sociedade mais justa não cai do céu, há que construí-la pondo em prática o sentido da justiça, há que combater a injustiça e a indignidade e sobretudo não desistir.

A seguir ao 25 de Novembro de 1975 a Administração da Marinha cometeu uma das maiores injustiças e posso dizer mesmo indignidades de todo o processo pós 25 de Abril, feriu profundamente na sua dignidade de homens e de militares mais de 350 marinheiros, afastando-os sumariamente da Armada através de medidas administrativas expeditas. Aproveitou a situação política para atacar os que tinham menor capacidade de defesa e resistência, lançando sobre todos o labéu de maus profissionais e de elementos destabilizadores ao serviço de forças políticas antidemocráticas. Foi uma enorme manifestação de revanchismo e de intolerância provavelmente proporcional a má consciência e falta de cultura democrática dos seus mentores e executores.

Penso que todos vós, por razões directamente políticas ou outras, fostes vítima/objecto de injustiças em maior ou menor grau; sabeis por experiência própria o que isso significa.

Não desistimos de lutar pelas vias legais para evidenciar os actos de injustiça e de abuso do poder, até que houvesse uma oportunidade para, por via política procurar, dentro do possível, repor a justiça; pensámos que essa oportunidade poderia ocorrer com a comemoração do 25.º aniversário do 25 de Abril; trabalhámos nesse sentido. Felizmente havia a Associação 25 de Abril pronta para viabilizar a proposta aos órgãos de soberania e um Vasco Lourenço para agarrar a oportunidade e passar à acção, sofrendo os primeiros embates e ataques de baixo nível dos que de uma forma ou de outra lamentam a nossa existência ou o nosso protagonismo na construção da Democracia.

O que se passou depois da aprovação da Lei 43/99 todos sabem tão bem como eu: as resistências e morosidade na sua aplicação e o facto talvez inédito de uma lei deste tipo, passados seis anos ainda não ter o processo concluído.

Não há dúvida que a nossa existência, a nossa presença e os nossos valores incomodam muita gente, mas não vamos desistir de ser cidadãos de corpo inteiro.

Vale a pena conhecer melhor o passado na medida em que isso fortalece a nossa determinação no sentido da acção futura na construção da sociedade mais solidária e justa, lutando pela correcção das injustiças e abusos cometidos contra os mais fracos ou mais afastados do poder, intervindo civicamente e afirmando os valores da cidadania.

Sabemos que nas sociedades actuais a igualdade democrática de todos perante a lei, bem como a igualdade de oportunidades é muitas vezes inversamente proporcional à distância aos centros do poder e directamente proporcional ao poder do indivíduo ou do grupo a que pertence, mas sabemos também que é possível mudar este estado de coisas e que as sociedades se transformam.

Se conhecermos as linhas de desenvolvimento e as forças motoras da transformação e soubermos aplicar os princípios e valores que desejamos para a nova fase do desenvolvimento social, poderemos dar um contributo muito significativo nesse sentido.

Nós que já passámos e sofremos as consequências de muitas situações: ditadura, guerra colonial, 25 de Abril/derrube do fascismo e transição para a democracia, ainda podemos ser um elemento actuante e federador na busca das alternativas e saída da actual sociedade de individualismo, sucesso a qualquer custo, espectáculo, "glória" fácil e anestesia dos que poderiam reagir a tal situação.

Há que participar mais, exercer a cidadania, sacudir o comodismo, compreender os outros, desmascarar os corruptos levantando os valores da solidariedade, da justiça, da cooperação e do serviço público impedindo que o Estado e os bens públicos sejam instrumentalizados e apropriados por interesses particulares e por pseudo-dirigentes.

Há que ser vigilantes, respeitando o poder político legítimo mas convocando-o "obrigando-o" também a respeitar o direito de cidadania da generalidade dos portugueses.

Não nos podemos deixar fechar, nem deixar isolar do conjunto dos cidadãos.

Há que actuar com firmeza mas também com inteligência e sentido do serviço público.

Aproveitando esta reunião e oportunidade única vou fazer-vos uma proposta.

Não há dúvida que a justiça, embora tardia, aumentou a vossa independência e liberdade de actuação, há agora que utilizar essa capacidade acrescida em benefício da comunidade.

Aí vai a proposta: não será difícil constituírem-se grupos por proximidade/área de residência a que se poderão juntar outras pessoas, sócios ou não da A25A e com dois vectores de actuação:

– um mais ligado à vida local, cultural e autárquica
– outro mais de âmbito geral, de intervenção cívica e de afirmação dos direitos de cidadania, alargando o espaço público de intervenção.

Estes grupos ajudariam a federar inúmeras iniciativas e associações existentes, mas que precisam de ganhar novos horizontes e perspectivas para ultrapassarem o seu pequeno quintal e poderem contribuir para um crescimento efectivo da democracia participativa e da intervenção dos cidadãos na vida colectiva.

É também através de pequenas acções e intervenções que se vão afirmando os valores da solidariedade, justiça e cooperação e se combate o que está mal.

Temos que saber passar da crítica e do "dizer mal" ao fazer bem e apresentar soluções, se nos reservarmos apenas para os grandes momentos é muito possível que os não vivamos.

O nosso caso demonstrou que com trabalho e persistência, sem desanimar nem desistir é possível alcançar resultados positivos sabendo actuar de forma adequada às condições e circunstâncias presentes.

Os que ainda não são sócios da Associação 25 de Abril associem-se, paguem as quotas e empurrem a dinamização da Associação, alarguem o espaço público, os que já pertencem a Associações socioprofissionais continuem a actuar e a agir, mas não se esqueçam que além da defesa dos interesses legítimos do grupo, é necessário escolher bem e fazer perceber as formas de actuação e ainda conquistar a opinião pública.

Aos que já estão muito ocupados não peço mais nada, mas aos outros digo que ainda não é tempo de calçar as pantufas, de parar ou de reforma, há muito trabalho a fazer e há que exercer uma cidadania activa e vigilante para que os nossos filhos e netos tenham também algumas oportunidades.

Mãos à obra.

Obrigado pela vossa atenção. ■

Estamos
a construir...
www.25abril.org

OBITUÁRIO

Faleceu António Abreu lutador da Liberdade

FALECEU EM LISBOA António Horácio Simões de Abreu, engenheiro electrotécnico e professor do ensino superior, de 82 anos de idade, a quem no passado dia 2 de Dezembro, José Bragança, em representação do Presidente da República, entregou as insígnias de comendador da Ordem da Liberdade, no decurso de internamento no Hospital Curry Cabral.

António Horácio Simões de Abreu nasceu em Vouzela em 1923, filho de um casal de professores do ensino primário.

Casou em Lisboa, na cadeia de Caxias, no decurso de uma das seis prisões que sofreu durante o fascismo, que duraram dois anos e meio e em que foi vítima do isolamento nos curros, de espancamentos e de tortura do sono. Era casado e tinha três filhos e quatro netos.

Foi aluno, no Liceu do Carmo, de Alberto Araújo, militante do PCP, que viria a falecer na sequência de prisão no Tarrafal. Passou para o Liceu Pedro Nunes onde completou o liceu com a mais alta classificação a nível nacional, não tendo recebido o prémio correspondente do então Presidente Carmona por... não ser filiado na Mocidade Portuguesa.

Concluiu o curso de Engenharia Electrotécnica, órfão de pai e mãe e dando explicações de matemática para sobreviver e prosseguir os estudos. Foi o aluno mais classificado em Matemática pelos professores Mira Fernandes e Ferreira de Macedo, tendo recebido o prémio "Mira Fernandes". Chegou a ser assistente de Ferreira de Macedo no IST, no decurso do 4.º ano do seu curso, até que o regime impediu que prosseguisse a sua actividade docente, que acabou por remeter para aulas particulares até à sua reintegração no IST no final dos anos 60. Concluiu em 1993 a actividade docente na Escola Náutica Infante D. Henrique.

Antes fora professor do então ensino técnico nas escolas Marquês do Pombal, Machado de Castro e Eugénio dos Santos.

Teve participação activa, no fim da 2.ª Guerra Mundial nas manifestações contra o regime fascista e pela paz.

No próprio dia em que concluía, em 1946, em Tancos o 2.º ciclo de oficiais milicianos, foi preso em regime agravado na cadeia de Penamacor.

Aderiu ao PCP em 1942, nas Juventudes Comunistas, tendo integrado desde finais de 1946 até 1948 a Comissão Central do MUD-Juvenil, entre outros com Areosa Feio, Júlio Pomar, Mário Soares, Octávio Pato, Óscar dos Reis, Rui Grácio e Salgado Zenha. Participou nas campanhas políticas de Norton de Matos, em 1948, em 1951 com Ruy Luís Gomes e em 1958 nas candidaturas de Cunha Leal, Arlindo Vicente e Humberto Delgado, de quem foi activo colaborador e amigo. Nesta última campanha subscreveu com Arlindo Vicente, Humberto Delgado e Vieira de Almeida o manifesto ao povo português anunciando a junção das duas candidaturas que a PIDE apreendeu na tipografia. No dia das "eleições" foi vítima de uma tentativa de rapto num carro particular nos Restauradores pela PIDE que, repudiada por quem a ela assistia, se limitaria a uma das suas várias prisões.

Publicou um livro sobre Números e Variáveis Complexas, as Lições de Métodos Numéricos e Matemática Aplicada à Electrotecnia, e um outro sobre episódios da resistência.

Ainda antes do 25 de Abril participou no Congresso dos Engenheiros e, no início da revolução, no movimento sindical docente que teve então um amplo desenvolvimento.

Estiveram presentes no velório e no funeral Jerónimo de Sousa, outros dirigentes do PCP como Francisco Lopes, José Casanova, Agostinho Lopes, Dias Coelho, Carlos Carvalhas, Domingos Abrantes, José Soeiro, António Filipe e muitos outros camaradas, organizações do PCP, amigos e familiares.

Também acompanharam o funeral Urbano Tavares Rodrigues, António Borges Coelho, Fernando Seara, Vasco Lourenço, Iva Delgado, Mariano Gago, Pedro Serra, João Gil, Ribeiro Cardoso, Varela Gomes

Fizeram-se representar a Intervenção Democrática, a Voz do Operário, a URAP, vereadores e gabinete da CML, as empresas EGEAC e Parques de Sintra-Monte da Lua, o Presidente da Câmara de Lisboa, a Assembleia Municipal e dirigentes e técnicos de departamentos da CML, o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, a Escola Secundária Marquês do Pombal.

Também esteve presente uma representação do Governo Militar de Lisboa e professores da Escola Náutica.

Usaram da palavra os seus quatro netos para salientar o seu exemplo de avô e amigo e Albano Nunes do Secretariado do Comité Central que salientou a sua fidelidade aos valores e ideais da liberdade, da paz e do socialismo.

A Associação 25 de Abril fez-se representar pelo seu Presidente, Vasco Lourenço.

À família enlutada e em especial ao eng. António Abreu, seu filho e nosso prezado consócio, apresentamos sentidas condolências. ■

Ofertas feitas à Associação 25 de Abril

LIVROS

«Abril Somos Mil», oferta de Luis Alves Milheiro; «417 dias – Prisioneiro dos japoneses na Ilha de Ala (1944-45)», oferta de Maria de Lourdes Santa; «O Observador», oferta do associado Sebastião Goulão; «Teoria do Combate de Carl von Clausewitz», com Estudo Introdutório e Notas de Pedro Pezarat Correia, oferta do associado Pedro Pezarat Correia.

DIVERSOS

Moeda comemorativa do fim da Segunda Guerra Mundial 2005-12-09; oferta do Núcleo Salgueiro Maia do Canadá, Revista do 18.º Aniversário da Casa do FC Porto em Toronto. ■

Associados falecidos no último trimestre

No último trimestre registámos o falecimento dos seguintes associados:

Daniel Pires Lourenço
(sócio fundador n.º 391)

Manuel Bouza Serrano
(sócio fundador n.º 511)

José Moura Sampaio
(sócio fundador n.º 855)

João Victor Teixeira Bragança
(sócio efectivo n.º 1516)

Artur Ramos
(sócio efectivo n.º 2233),

Amândio Travassos
(sócio efectivo n.º 2976)

Adílio José Calado
(sócio efectivo n.º 3020)

Carlos Manuel Correia
(apoiante nº 2292)

Às famílias enlutadas apresentamos as nossas sentidas condolências. ■

Convites feitos à A25A

Presidente da Assembleia da República - Lançamento dos Volumes I e II da obra «Passos Manuel – Intervenções Parlamentares» 10-10-2005; Galeria de Arte do Casino Estoril - Inauguração de exposição de Arte Contemporânea, 21-10-2005; Inauguração do XIX Salão de Outono, 18-11-2005; Escola Profissional de Coruche, entrega dos diplomas, 24-10-2005; Câmara Municipal da Amadora, Inauguração do XVI Festival Internacional de Banda Desenhada da Amadora; Galeria 9arte – Inauguração da exposição de fotografia «Uma Retrospectiva – Dois Fotógrafos» de Alfredo Cunha e António Pedro Ferreira, 27.10-2005; Exposição colectiva «Entre Arte». 22-11-2005; Casa da Morna – Inauguração da exposição de pintura de Veerle Rooseboom «Desejos de Identidade», 16-11-2005; Galeria de Arte Capitel – Inauguração da exposição a Óleo de Luís Castro Lopo, 29-10-2005; Inauguração da exposição de Margarida Vigôço, 19-11-2005; Editorial Caminho, lançamento do livro «As Vozes da Rádio 1924-1939» de Rogério Santos, 2-11-2005; lançamento do «Dicionário de Escultura Portuguesa» de José Fernandes Pereira, 29-11-2005; lançamento do livro «Baixa Pombalina a luz obscura do Iluminismo» de Henrique Dinis da Gama; 24-11-2005 sessão de lançamento das edições portuguesa, espanhola, mexicana, argentina, colombiana, catalã, brasileira e italiana do romance «As Intermitências da Morte» de José Saramago, 11-11-2005; Lançamento do livro «Música para Olhar - Instrumentos Musicais na pintura Portuguesa» de Maria Luísa Amado e Isabel Monteiro, 5-12-2005; Cinemateca Portuguesa – Museu do cinema, antestreia do filme «Parque Mayer, vistas e revistas» de Simon Berjeaut, 28-10-2005; lançamento e leitura de textos dos livros «O Senhor Calvino e o Senhor Kraus» de Gonçalo M. Tavares, 12-12-2005; Fundação Friedrich Ebert, Conferência Internacional sobre «O Estado e o Modelo Económico e Social Europeu Áreas Centrais para a Intervenção Pública na Economia», 8-11-2005; «Unidos por uma resposta solidária à globalização a fundação da nova Confederação Sindical Internacional», 12-11-2005; Liga dos Combatentes – Comemoração do 87.º Aniversário do Aniversário da Grande Guerra, 12-11-2005; Sociedade Filarmónica União Artística Piedense - X Concerto de Gala – 116.º Aniversário, 19-11-2005; Câmara Municipal Lisboa - apresentação da obra de Homenagem a João Vargas Um democrata – percurso de persistência e coragem», 11-11-2005; Universidade de Lisboa – Abertura do Ano Académico de 2005/2006, 10-11-2005; Instituto da Defesa Nacional – Sessão Comemorativa do dia das Nações Unidas, 26-10-2005; Associação Portuguesa de Deficientes – Conferência Internacional «É tempo de Igualdade no trabalho», 11-11-2005; Director do Museu Nacional da Imprensa – Inauguração do VII Porto Cartoon-World Festival, 4-11-2005; Instituto Defesa Nacional, Seminário «Pensamento Estratégico Nacional» 29-11-2005; A Blug e o Millennium BCP - Inauguração do Anteciparte Millennium BCP, 17-11-2005; Sociedade de Geografia de Lisboa, Sessão solene de Homenagem Piloto-Aviador Sarmento Beires, 9-11-2005; Assembleia Municipal de Almada, cerimónia de tomada de posse dos órgãos sociais, 28-10-2005; Editora Tribuna da História – Lançamento do livro «Montes claros, 1665-A Vitória Decisiva», 2-11-2005; Instituto do Emprego e Formação Profissional e o pintor Henrique Tigo, inauguração da exposição individual de pintura, 21-11-2005; União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa e o Clube de Sargentos da Armada; lançamento do livro «Navegando no mar que nos navega» de Maria João Coutinho, Simion Cristea e Valerij Lebedev, 19-11-2005; Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa e a Fundação Humberto Delgado, apresentação do «Arquivo Digital Humberto Delgado» e lançamento do livro «Portugal e ao Atlântico: 60 anos de acordos dos Açores» de Luís Nuno Rodrigues, Iva Delgado e David Castanho 19-11-2005; Federação Portuguesa de Trampolins e Desportos Acrobáticos – Sessão solene e almoço comemorativo do 15.º aniversário, 1-12-2005; Sete Caminhos e a Federação Portuguesa de Ciclismo, apresentação do livro «Alves Barbosa 7000 000 quilómetros a pedalar» de José Magalhães Castela; Galeria fp – Inauguração da exposição Mar Português, 30-11-2005; Inauguração da exposição do Projecto +5, 29-11-2005; Companhia de Teatro do Chiado, estreia da peça «Antes de começar» de Almada Negreiros, 01-12-2005; Câmara Municipal de Grândola, 21.ª Feira do Livro, 25-11-2005/4-12-2005; Câmara Municipal de Ôbidos, espectáculo de Olga Prats e António Vitorino de Almeida, 4-12-2005; Associação Sindical dos Profissionais da Policia – ASPP/PSP, tomada de posse dos Corpos Sociais, 14-12-2005; Reitor da Universidade de Coimbra, e a Directora do Arquivo da Universidade de Coimbra, Homenagem ao poeta Adeodato Barreto, 13-12-2005; Presidente da Câmara Municipal de Cascais, lançamento do livro «Direitos do Homem em cartoons e caricaturas» de Pedro Palma, 9-12-2005; Edições Afrontamento, sessão lançamento do livro «Com os Portugueses – dez anos na Presidência da República» do Presidente da República, Jorge Sampaio, 14-12-2005; Editora Calendário, apresentação pública do livro «À mesa d'a Brasileira – Cultura, Política e Bom Humor» de Alberto Vilaça, 17-12-2005; Teatro D. Luiz Filipe, estreia da peça «Donana» de Ronaldo Ciambroni, 15-11-2005; Loja de Ideias. Ciclo de conferências 30/25: percursos, leituras e Reflexões, 25-11-2005; Museu Nacional do Teatro, Inauguração das exposições do escultor José Coelho, 19-11-2005; Presidência da República, convite seminário «Pensar a democracia» 25-11-2005; Sociedade Recreativa Olhanense, Inauguração da exposição «Memória da Resistência – República e Estado Novo», 13-01-2006. ■

Caro associado
Não se esqueça de manter actualizada
a informação sobre o seu e-mail

A Direcção da A25A

Vamos aprender Bridge! (69)

LUÍS GALVÃO

INICIÁMOS, com o último artigo, a abordagem do tema do SQUEEZE, manobra denominada por alguns autores, como "jogada da última esperança", exactamente retratada desta maneira porquanto a sua aplicação é aconselhada em situações em que o cumprimento do contrato não será possível por recurso a qualquer outra técnica de carteio. O SQUEEZE é, nestes casos, a única e a última das panaceias.

Temos a consciência de que o tema em questão apresenta uma dimensão, variedade e complexidade cuja apresentação desenvolvida não está nos objectivos dos nossos artigos, pelo que nos limitaremos à análise dos principais tipos de SQUEEZES e, dentro destes, à discussão das posições mais frequentes.

O assunto é tão vasto que, por si só, tem justificado a publicação de verdadeiros tratados, apenas lidos por um número reduzido de praticantes e, destes, apenas "digerido", na totalidade, por uma pequena parte dos leitores.

São a complexidade das situações mais "intratáveis" e a raríssima ocorrência da sua aplicação que justificam que o seu estudo exaustivo se circunscreva a um número reduzidíssimo de jogadores.

1 – O CARTEIO

1.4 – O SQUEEZE

1.4.1 – O SQUEEZE SIMPLES

1.4.1.1. – A POSIÇÃO IMPERFEITA

O SQUEEZE SIMPLES é um dos TIPOS de SQUEEZE (há o DUPLO, o em TRUNFO, o TRICOLOR, o DE ARRASTO, etc.) que é assim designado por apenas actuar sobre um dos adversários (ADV). Por outras palavras podemos defini-lo como o SQUEEZE em que as duas AMEAÇAS estão dirigidas a um único dos opositores.

Este TIPO de SQUEEZE pode apresentar-se em 5 POSIÇÕES distintas, das quais 3 serão mais CLÁSSICAS e as outras 2 mais ORIGINAIS.

Iniciaremos a nossa análise pela posição clássica do SQUEEZE SIMPLES em POSIÇÃO IMPERFEITA, situação que facilmente será compreendida com o seguinte exemplo:

♠RD63
♥1072
♦863
♣D72

♠V1097
♥-
♦AR92
♣RV1063

N
W E
S

♠842
♥98543
♦DV5
♣85

♠A5
♥ARDV6
♦1074
♣A94

W	N	E	S
	-	-	1♥
Dobro	2♥	-	4♥
-	-	-	

W saiu com o A ♦ e o carteador (S), antes de jogar a carta do morto, faz a análise da mão na tentativa de encontrar a melhor LINHA DE JOGO.

Elegendo a sua como MÃO DE BASE contabilizou as perdentes:

3 a ♦ (IMEDIATAS)
2 a ♣ (EVENTUAIS)
5 Perdentes, das quais 1 pode ser descartada na extra-ganhante a ♠ do morto

Parecia não poder "fugir" ao arreliador cabide, pois não vislumbrava forma de realizar a 10.ª vasa (5♥ + 3♠ + 1♣ = 9 vasas ganhantes), a menos que W, quando acabasse de "tirar" as três vasas de ♦, jogasse carta-e-balda ou ♣, o que lhe permitiria fazer vasa com a D♣ dado o R♣ estar referenciado, pelo leilão, seguramente em W.

Mas nada disto aconteceu, tendo-se, pelo contrário, desenvolvido um cenário bastante mais desfavorável. W tirou o A ♦ e continuou com o R ♦ sobre o qual E baldou a D ♦. Batida a terceira carta de ♦ E ficou em mão, ao fazer a vasa com o V ♦, e jogou, na quarta vasa, o 8♠.

Nesse momento acendeu-se uma luz no cérebro do carteador. Por achar sem esperança o sucesso do contrato, lembrou-se do jogo da "última esperança" e considerou a hipótese da combinação de cartas existente permitir a execução de um SQUEEZE e, com tal jogada, vir a obter a vasa que faltava para cumprir o contrato.

Seguindo essa linha de raciocínio imediatamente constatou que, com o ataque inicial, os ADV tinham resolvido AUTOMATICAMENTE o problema do AJUSTE, dado que ao fazerem as 3 primeiras vasas, tinham criado ao carteador a situação de dispor de TODAS AS VASAS RESTANTES MENOS UMA, condição indispensável para que um SQUEEZE possa ser montado.

Mas não chegava ter sido feito o AJUSTE. Havia que equacionar a possibilidade da existência das AMEAÇAS o que não parecia ser muito difícil na situação concreta que procurava resolver. Senão vejamos:

– A D♣ do morto podia ameaçar o R♣, que se sabia morar em W;
– A quarta carta de ♠ do morto podia constituir a segunda AMEAÇA contra W, desde que este jogador detivesse 4 ou mais cartas desse naipe, o que era muito provável face ao DOBRE que proferira sobre a abertura.

Não vislumbrando qualquer outra manobra clássica de carteio que permitisse o cumprimento do contrato marcado, o carteador decidiu-se pela tentativa de SQUEEZE, pelo que entrou com o A♠ sobre o 8♠ de E. De imediato, iniciou o destrunfo verificando que as ♥ se encontravam 5/0 e em E, o que mais reforçava a hipótese de W ter, pelo menos, 4 cartas de ♠. Ao bater o quarto trunfo baldou o 7♣ do morto, chegando à seguinte posição:

♠RD63
♥
♦
♣D

♠V1097
♥
♦
♣R

N
W E
S

♠842
♥9
♦
♣5

♠A5
♥V
♦-
♣94

Jogando agora o V ♥, que vai funcionar como SQUEEZANTE, coloca o desgraçado do jogador em W perante o dilema de ter de baldar o R♠ ou uma das cartas de ♠, sendo qualquer das cartas imprescindível para garantir o cabide.

W acabava de ser "brindado" com um SQUEEZE SIMPLES, dado que as duas AMEAÇAS apenas "funcionaram" sobre esta mão, por se ENCONTRAREM IMEDIATAMENTE A SEGUIR à mão que pretendiam squeezar, sendo esta a razão que justifica a denominação de POSIÇÃO IMPERFEITA.

Como veremos, em próximos artigos, as AMEAÇAS poderão não se encontrar AGRUPADAS numa mesma mão, mas sim SEPARADAS ficando, neste caso, uma no MORTO e outra na mão do CARTEADOR.

A situação particular das AMEAÇAS define uma importante regra na execução do SQUEEZE, regra que é conhecida como PRINCÍPIO DA SITUAÇÃO e esclarece o seguinte:

"Quando duas AMEAÇAS se encontram AGRUPADAS numa mesma mão não podem agir senão que unicamente sobre o flanco que se situa imediatamente antes delas".

No caso concreto que analisámos, as duas AMEAÇAS encontravam-se em N, pelo que, de acordo com o PRINCÍPIO DA SITUAÇÃO, apenas poderiam "ameaçar" o ADV em W. Esta distribuição agrupada das AMEAÇAS cria, sempre que acontece, uma POSIÇÃO dita IMPERFEITA de SQUEEZE SIMPLES, dado "limitar" a acção de SQUEEZE à mão situada imediatamente antes das AMEAÇAS.

Veremos, em futuras posições, que se as AMEAÇAS estiverem SEPARADAS poderão exercer a sua acção sobre qualquer dos flancos (E ou W), criando uma posição mais equilibrada e eficaz de SQUEEZE.

Para já ficamos com o SQUEEZE SIMPLES em POSIÇÃO IMPERFEITA e com mais a ferramenta teórica que é representada pelo PRINCÍPIO DA SITUAÇÃO.

Grão a grão enche a galinha o papo…!

Até ao próximo número. ■

Estamos a construir

um novo sítio na Internet...

contamos com a sua

COLABORAÇÃO

www.25abril.org